

AS CAMPANHAS ELEITORAIS VITORIOSAS DE FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, NO ESPÍRITO SANTO (1954 e 1962)

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA*

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar as transformações verificadas no *modus operandi* das campanhas, dos arranjos políticos bem como das relações de poder inerentes aos pleitos eleitorais, no Estado do Espírito Santo, observando a confluência entre as novas tecnologias da informação e as práticas de propaganda política a partir da década de 1950. O foco são as campanhas exitosas de Francisco Lacerda de Aguiar, vencedor das disputas majoritárias em duas oportunidades – 1954 e 1962 –, que fez uso de estratégias comunicacionais de grande efeito, observadas como decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado, de alguma maneira no poder desde os idos de 1908.

PALAVRAS-CHAVE: Campanhas eleitorais. Mídia. Desenvolvimento urbano-industrial.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the transformations that the *modus operandi* of the campaigns of political arrangements and power relations inherent in electoral petitions in the state of Espírito Santo, Brazil, observing the confluence between new information technologies and advertising practices policy from the 1950s. The focus is on the successful campaigns of Francisco Lacerda de Aguiar, the majoritarian winner of a match on two occasions – 1954 and 1962 –, which made use of communication strategies to great effect, seen as crucial to stop the political career of the longest state oligarchy, somehow in power since 1908.

KEYWORDS: Election campaigns. Media. Urban-industrial development.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar as transformações verificadas no *modus operandi* das campanhas, dos arranjos políticos,

* Doutor em Ciência Política – Ufscar e Mestre em História Social das Relações Políticas – Ufes. E-mail: ueberoliveira@yahoo.com.br

bem como das relações de poder inerentes aos pleitos eleitorais, no Estado do Espírito Santo, observando a confluência entre as novas tecnologias da informação e as práticas de propaganda política a partir da década de 1950. Parte-se do pressuposto de que tal processo ocorre no bojo da atualização histórica vivenciada no mesmo período no qual, a partir das razões de Estado, implementaram-se iniciativas de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, comercial e financeiro, que implicaram transformações na ordem estabelecida, proporcionando mudanças na hegemonia, em que elementos próprios do mundo urbano passaram a prevalecer sobre elementos da cultura rural.

Para compreender tal fenômeno e contexto, elencamos como foco as campanhas exitosas de Francisco Lacerda de Aguiar, vencedor das disputas majoritárias em duas oportunidades – 1954 e 1962 –, quando fez uso de estratégias comunicacionais de extraordinário efeito, decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado, de alguma forma no poder desde os idos de 1908.

Ao final do artigo, corroboramos a tese levantada por Rubim (2000), segundo a qual aquele momento, em que as campanhas eleitorais adquiriam traços de um estágio mais avançado, foi abortado pelo Golpe de 1964 e pelo regime dele decorrente. Todavia, ao promover uma purgante política no âmbito das telecomunicações, fundamental para o êxito do seu projeto de Integração Nacional e Desenvolvimento Econômico, o *Regime de Exceção*, contraditoriamente, proporcionou as condições sócio-tecnológicas para o desenvolvimento, já na Nova República, daquilo que Rubin (2004) cunhou de Idade Mídia¹.

Partindo dessas considerações, o texto está dividido em quatro partes, além da introdução. Na primeira, são abordados alguns antecedentes históricos do tardio e retardatário processo de industrialização do Espírito Santo. Nesse sentido, analisar-se-ão aspectos da fragilidade econômica do Estado do início da sua colonização, passando pela fase em que o café desponta como base da estrutura econômica, no século XIX, até o momento em que tal produção se esgota, já em meados do século XX.

Em seguida, no segundo item, as atenções estarão voltadas

¹ Segundo o autor, na realidade contemporânea, há uma dependência recíproca entre mídia e política. Nesse sentido, a mídia passa a ocupar um espaço muito importante na sociedade, transferindo para a política as lógicas de funcionamento que incidem na produção midiática, levando ao processo de espetacularização da política.

para a análise da perpetuação de algumas formas tradicionais de fazer política, como consequência do tardio e retardatário desenvolvimento econômico do Estado. Nesse tópico, analisar-se-ão as primeiras transformações verificadas no âmbito das atividades políticas ante o desenvolvimento urbano-industrial e das primeiras confluências das novas tecnologias da informação com algumas mudanças nas formas de realizar campanhas eleitorais, no Espírito Santo, a partir das décadas de 1950 e 1960. Nessa análise, é mister compreender, mesmo que de modo sumário, as campanhas vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar ao Governo do Estado – 1954/1962 –, antessala daquilo que se poderia denominar de *Campanhas Eleitorais Modernizadas*². O referido tópico se encerra com a interrupção do curso democrático, decorrente da instauração do Golpe Civil-Militar de 1964.

Na terceira parte, procura-se analisar aspectos da política de comunicação verificada no contexto do Regime Militar e, em seguida, no quarto tópico do trabalho, apresenta-se o desenrolar desse processo na configuração político-eleitoral da Nova República. Por fim, são tecidos alguns comentários em termos de considerações finais, seguidos das referências bibliográficas.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO.

O Espírito Santo é um estado da Região Sudeste, cuja área é de 45,7 mil Km², o que equivale a 0,53% do território brasileiro. Sua população atual é estimada em 3.408.365³ habitantes, distribuídos em 78 municípios. Apesar de estar situado na região com maior prosperidade econômica e ao lado dos três principais estados do país, o Espírito Santo ainda não ocupa uma posição tão privilegiada. Sua participação no PIB⁴ nacional representa apenas 1,95%, posicionando-se em 13º lugar no ranking nacional, enquanto os seus vizinhos de região – SP, RJ e MG – ocupam o 1º, o 2º e o 3º lugares,

² Uma *Campanha Eleitoral Modernizada* é caracterizada pela utilização conjunta de uma série de recursos: complexas análises de pesquisa, utilizando os mais avançados programas de computador existentes na época, marketing político-eleitoral, contratação de profissionais especializados em cada área, apelo ao recurso sedutor-emotivo, estratégia centrada no programa eleitoral de rádio e televisão e todo um conjunto de técnicas e procedimentos modernos de comunicação (CASSUNDÉ, 2008).

³ Estimativas IBGE, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2009.

⁴ PIB significa Produto Interno Bruto e representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região.

respectivamente⁵.

Por suas próprias características socioeconômicas, o Estado não acompanhou o dinamismo da Região Sudeste, mantendo suas tendências de industrialização tardia e retardatária (SIQUEIRA, 2001). Talvez em decorrência de sua inexpressiva força política dentre as demais unidades da Região Sudeste, o Espírito Santo passava despercebido no grande mapa do Brasil e era aliado das decisões da política e economia nacionais. Essa situação levou o Estado, nas palavras SIQUEIRA (2001), a ficar numa posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina. Da mesma forma, não participava da capitalização do sul nem das reivindicações do nordeste.

Para a compreensão dessa realidade e de suas complexidades, é fundamental recuar no tempo e indagar sobre as circunstâncias que a precederam, isto é, a aspectos da formação econômica, política e social do estado, uma vez que é nela, de modo especial no século XIX, que se encontram os pressupostos elementares que servirão para o melhor entendimento da dinâmica econômica, industrial e política do Espírito Santo.

Alguns relatos de viajantes traçam um quadro sombrio acerca do Espírito Santo no século XIX. Segundo o francês August de Sant Hilaire, que por aqui passou nesse período, a capitania era [...] isolada, pobre e nada nela, por assim dizer, atraí[a] os estrangeiros [...]. Acerca da população, o tom da exposição de Sant Hilaire também não era nada lisonjeiro: [...] é fácil observar que a população da Província do Espírito Santo é fraca por que tais operações [carga e descarga de navio] são extremamente morosas [...] As águas que bebem [...] os colonos podem concorrer para a magreza, a palidez, ar lânguido que se observam na sua maioria, privando-o da energia necessária à nossa espécie [...] (SANT HILAIRE, Apud SALETTO, 1996, p. 26).

Mesmo atento ao fato de que o discurso do viajante pode estar entorpecido do etnocentrismo típico daquele século, o que faz transparecer certa dose de exagero, não se pode invalidar totalmente suas considerações. Isso porque o Espírito Santo, no século XIX, de fato, não havia avançado muito no que tange ao processo colonizador. Isso ocorreu, em parte, por ocasião do impedimento em estabelecer contato com a região mineira no século

⁵ Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN. Coordenação de Economia e Desenvolvimento Núcleo de Contas Regionais, 2004. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 15 Jun. 2009.

XVIII, uma vez que a Coroa Portuguesa, tentando impedir o contrabando do ouro, impôs uma legislação que proibia a construção de estradas no interior de seu território. A colonização se tornava ainda mais complicada diante de o estado ainda possuir, no século XIX, uma população indígena que, desde o período colonial, resistia tenazmente a tal processo.

Assim, a população capixaba era pequena, aproximadamente 35 mil habitantes segundo o censo de 1824, dos quais cerca de 38% eram escravos, chegando à época da independência tendo sido colonizada apenas uma estreita e descontínua faixa litorânea (SALETO, 1996a; SALETO, 1996b).

TABELA 1 – População do Espírito Santo

ANO	Nº de Habitantes	Hab. Por Km
1824	35.352	0,70
1856	49.092	0,98
1872	82.137	1,92
1890	135.997	3,17
1900	209.783	4,90
1920	497.328	10,67
1940	750.107	17,51

FONTE: Vasconcelos, Inácio de Acioli. Memórias Estatísticas; Censo Provincial de 1856, Recenseamentos nacionais.

Economicamente, o Espírito Santo esteve baseado, até meados do século XIX, na cultura da cana-de-açúcar, atividade que vivia um quadro de estagnação permanente, devido aos baixos preços do produto no mercado internacional desde o século XVII e havia, também, uma pequena produção de farinha de mandioca, ambos comercializados com o Rio de Janeiro e a Bahia.

O marasmo histórico da economia capixaba só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café. Iniciada em 1810, essa produção se tornou, dentro de poucos anos, a base da economia do Espírito Santo atraindo para si todas as forças da província. Ele aparece na pauta de exportação de 1826 e 1827 na pequena quantidade de 150 arrobas e que, segundo Saletto (1996), era plantado nas imediações de Vitória. Mas não demorou muito para que a produção ganhasse proporções comerciais, o que veio a ocorrer em 1840, a partir da sua expansão pelo litoral próximo da capital, procurando morros e encostas.

Na região Sul, penetrou os vales dos rios Itabapoana e Itapemirim. Pela proximidade com a capital do Império (Rio de

Janeiro), essa região foi povoada por fluminenses e também por mineiros, que foram ocupando terras antes dominadas por indígenas. Assim, a ocupação da região sul no século XIX difundiu a grande propriedade nos moldes escravistas, presentes nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (TEIXEIRA JR., 2002).

Na região norte, também se observa um cultivo de café, realizado nas imediações de São Mateus, que começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção das suas fazendas.

Das três regiões apontadas acima, a mais próspera era o Sul, centralizada em Cachoeiro de Itapemirim. Num certo sentido, a economia dessa região era um prolongamento da economia cafeeira da região fluminense, cujo sistema financeiro e comercial esteve inteiramente ligado. Desse modo, grande parte do café produzido na região não era escoado pelo porto natural de Vitória, mas sim, pelo Rio de Janeiro. Muito pouco se dirigia à capital capixaba, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas do Estado. Vitória, naquele momento, era uma cidade nitidamente burocrática, seu comércio pouco, ou quase nada incrementava as receitas estaduais. Sem as mínimas condições de salubridade e de higiene, não raras eram as epidemias e as doenças tropicais diversas, como, por exemplo, a febre amarela. Sem muitas ruas calçadas, não era difícil ver a gente miúda cheia de bichos-do-pé (RIBEIRO, 2008).

Tal estrutura só veio sofrer alteração no decorrer do século XX. Os limites deste trabalho não permitem que se aprofunde essa discussão, bastando apenas assinalar três momentos que representaram iniciativas de mudança qualitativa no que tange à industrialização e ao desenvolvimento do Estado, que de algum modo impactaram os campos político e social: o primeiro foi o governo Moniz Freire (1892/1896); o segundo foi a era Jerônimo Monteiro (1908-1912); o terceiro grande momento foi aquele ocorrido a partir das décadas de 1950 e 1960, inaugurado pelo Governo Jones dos Santos Neves.

AS CAMPANHAS EXITOSAS DE FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR NO ESPÍRITO SANTO (1954 E 1962)

Como salientado, a estrutura agrário-exportadora só foi modificada a partir das décadas de 1950 e 1960, quando a economia passou por uma intensa transformação, provocando mudanças radicais no quadro socioeconômico estadual. O tardio processo de industrialização do Espírito Santo foi impulsionado

simultaneamente pelo programa de erradicação dos cafezais (1964 a 1968), que reduziu em cerca de 70% a área plantada, num total de 300 milhões de pés erradicados, o que provocou um impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas, que se dirigiram para as grandes cidades, em sua maioria para a Grande Vitória (cerca de 120 mil) (RIBEIRO, 2005).

Todo esse processo foi levado a cabo por uma nova geração de formuladores de projetos desenvolvimentistas que começou, sobretudo, com o Governo Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1955)⁶. Segundo o historiador Renato Pacheco (PACHECO, apud MEDEIROS, 2002), o governo Santos Neves demarcou a história capixaba entre antes e depois dele. A importância atribuída ao ex-governador deve-se ao seu audacioso projeto desenvolvimentista, o qual pode ser vislumbrado em uma de suas mais célebres expressões: *Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já são insuficientes para suportar o peso de nossa economia*.

Com esta expressão e com este espírito, o governo Jones fincou as raízes do desenvolvimento capixaba. Segundo Zorzal e Silva (1995), o governador tinha o planejamento como linha mestra para viabilizar sua ação administrativa. Inspirado pelo que na Europa se convencionou chamar de *welfarestate*, foi esse governo que instituiu o Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo. Nele, concentrou investimentos em várias áreas, tais como no aparelhamento e ampliação do porto de Vitória; aumento do suprimento de energia elétrica (Usina Rio Bonito); ampliação de vias rodoviárias (neste aspecto, foram criados mais de 150Km de estradas, tendo pavimentado 100Km com asfalto quando todo o Brasil só possuía 2.500Km de estradas pavimentadas); além de construção de pontes, prédios públicos, e obras urbanísticas em geral na cidade de Vitória. Com essas e outras ações, o governo Jones introduzia o processo de mudança em uma economia que era totalmente agrícola para direcioná-la nos rumos da industrialização.

Os governadores que se seguiram não deram continuidade às ações jonistas. Entre vários fatores, vale dizer que o setor agrário ainda permanecia hegemônico; não permitindo, com isso, a implementação de um projeto de cunho mais urbano-industrial,

⁶Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma como interventor entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, retornou ao Palácio Anchieta para o seu segundo mandato à frente do executivo estadual entre os anos de 1950 e 1954.

mesmo na segunda gestão Jones dos anos 1951-1954. Isso só ocorreria a partir de meados da década de 60, na Gestão daquele que é considerado o principal herdeiro de Jones, Christiano Dias Lopes (1967-1971).

Pereira (2004) e Silva (1995) defendem a tese de que o atraso do Espírito Santo em se inserir no processo de industrialização do Brasil foi um dos grandes responsáveis por manter a principal marca de sua estrutura político-partidária: o caráter profundamente oligárquico. Isso é corroborado pelo fato de que, até o atual momento, mesmo com o grande processo de urbanização pelo qual o Estado passou, mais da metade do eleitorado capixaba se encontra no interior, ou seja, o tipo de distribuição geográfica do voto contribui para a manutenção de certos expedientes tradicionais da política brasileira.

Dessa forma, qualquer partido ou grupo político que desejasse obter as condições de conquistar índices majoritários deve ter a capacidade de agregar os votos no interior, coisa nem sempre fácil de se conseguir por elementos ideológicos. Na prática, a principal estratégia para se formar um bloco hegemônico, ao longo do tempo, foi a articulação de alianças entre lideranças locais dos municípios mais importantes (SILVA, 1995).

Em outras palavras, o desenho de partido e de processo eleitoral que se institucionalizou no Espírito Santo permaneceu pautado em lideranças cujos interesses são eminentemente pessoais, ou seja, o projeto pessoal se sobrepõe ao coletivo.

O estudo realizado por Silva (1995) a respeito da necessidade de se articular com líderes locais para angariar os votos do interior do Estado é exemplar. Ela defende a tese de que o Espírito Santo, que teve sua ocupação iniciada no século XVI, pelos lusitanos, teve muitas dificuldades de integrar suas quatro principais regiões, a da capital e suas imediações, o sul, o norte, e a região serrana. Segundo a interpretação da autora, com o passar do tempo, interesses muito divergentes estabeleceram-se em cada uma delas: a aristocracia cafeeira do sul; pequenos proprietários enquadrados numa agricultura familiar e imigrantes alemães e italianos na região serrana, a elite comercial e os burocratas na capital, aos quais se uniriam mais tarde os madeireiros e os cafeicultores. Com essa divisão, a estabilidade política do Estado dependeria da capacidade de se articular com esses grupos locais, com seus respectivos interesses.

No regime democrático dos anos 1945-1964, objeto de estudo

de Silva (1995), foi o PSD, partido que mais teve a capacidade de aglutinar essas diversas forças em disputa. Nas duas vezes em que o partido saiu perdedor no período, exatamente em 1954 e 1962, quando Chiquinho⁷ foi eleito, a derrota ocorreu, entre vários fatores, por conta de conflitos internos envolvendo Carlos Lindemberg e o ex-interventor de Vargas, Jones dos Santos Neves, que foram os dois principais elementos protagonistas da luta pelo controle da sigla.

As outras legendas importantes, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) não conseguiram aglutinar os grupos que faziam oposição ao Partido Social-Democrático (PSD). A UDN ficou sendo o segundo partido mais forte e o PTB, que foi criado aqui no Estado por um oficial da Polícia Militar, o que lhe deu um perfil conservador desde o início, não conseguiu lograr o mesmo êxito do partido em nível nacional (PEREIRA, 2004).

Assim, a política capixaba na chamada República Democrática (1945-1964) ainda era marcada por altíssimo grau de pragmatismo e fisiologismo. Todavia, o intenso processo de desenvolvimento industrial e urbano (iniciado ainda na Era Vargas - 1930-1945), com repercussões igualmente intensas no Espírito Santo, passou a minar essas estruturas políticas tradicionais.

Tal desenvolvimento, levado adiante nas décadas seguintes, trouxe profundas transformações no campo da política e, por tabela, na fisionomia do eleitorado. A interpretação que classificava o eleitor como ignorante e desinformado perdeu sentido com as elevações dos níveis de escolaridade da população. A sociedade brasileira tornara-se mais complexa e hierarquizada, havia deixado de ser enquadrada no binômio senhor de terras e seus dependentes. Como se sabe, no período anterior a 1930, as eleições baseavam-se em inúmeros expedientes, como fraudes, falsificação de assinaturas, alterações de atas eleitorais (instrumento de falsificação chamado de *bico de pena*), dentre outros (NICOLAU, 2004). Após a redemocratização de 1945, foram criadas diversas regras visando diminuir as falcatruas eleitorais: foi criado o voto secreto (criado na Constituição de 1934, mas só entrou em vigor depois de 1945); as mesas receptoras e comissões legislativas perderam a atribuição de apurar os resultados eleitorais; foi criada a justiça eleitoral, esfera independente, que teria a responsabilidade de organizar os pleitos e

⁷ Chiquinho era o apelido dado ao ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, figura extremamente carismática do cenário político capixaba.

apurar os votos.

Também contribuiu para a diminuição do controle do chefe sobre o eleitor o fomento dos meios de comunicação, que proporcionaram uma maior circulação de informações acerca de política, tomando corpo, no âmbito das campanhas eleitorais, a centralidade da mídia como elemento de mediação, o que alterou o modo de fazer política, já que seus agentes tiveram que amoldar-se à linguagem radiofônica e televisiva e ao uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e específicas, sob pena de situarem-se em oposição marginalizada no jogo político (RIBEIRO, 2004).

Desse modo, a evolução tecnológica e a difusão maciça dos meios de comunicação abriram as portas para a utilização cada vez mais ampliada da propaganda, com o intuito de promover imagens de candidatos diante do eleitorado. Inicia-se, assim, no Brasil, algo que já vinha ocorrendo nas áreas mais desenvolvidas do mundo: a utilização da propaganda como forma de divulgar ações políticas.

Se a história mundial apresenta alguns exemplos do uso de meios propagandísticos na política, como Goebbels, na Alemanha; Eisenhower, nos Estados Unidos, também há casos nacionais que, sem dúvida, marcaram época, tais como Getúlio Vargas (1930-1945), Juscelino Kubitschek (1955) e Jânio Quadros (1960). Em todos eles, é possível identificar traços que caracterizam alterações qualitativas no modo de fazer campanhas eleitorais. Um caso interessante ocorreu em terras capixabas entre as décadas de 1950 e 1960: a campanha de Francisco Lacerda de Aguiar que em dois pleitos – 1954 e 1962 – utilizou sacadas de comunicação de alto efeito, decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado⁸.

Chiquinho, como popularmente conhecido, pertenceu ao PSD até momentos antes do pleito de 1954, partido que abandonaria para se candidatar ao Governo do Estado pela Coligação Democrática, quando se consagrou, pela primeira vez, vitorioso. Lacerda de Aguiar era fazendeiro de Guaçuí, sul do Estado, e iniciara sua carreira política em meados da década de 1920, quando atuou, juntamente com sua família, no processo de emancipação do Município. Posteriormente, em 1936, foi eleito vereador pelo PSD, sigla criada durante o Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) para dar sustentação aos interventores varguistas nos Estados. Após a redemocratização ocorrida em 1945, voltou a

⁸ Para maiores esclarecimentos ver: MEDEIROS, Rogério. *Kinkas: o detonador de oligarquias*. Século Diário, Vitória, p.24-26, abr. 2002.

ingressar no PSD, partido do qual só se desligou em 1954. Além disso, Chiquinho foi interventor de Guaçuí (1945 a 1947), depois Prefeito eleito da mesma cidade (1947 a 1950) e Deputado Federal (1950 e 1954) (SILVA, 1995).

Antes da campanha para Governador em 1954, Lacerda de Aguiar era praticamente desconhecido no Estado. Isso porque todas as suas atividades políticas, econômicas e sociais eram realizadas na região sul do Espírito Santo e no Estado do Rio de Janeiro⁹. Aliás, antes de eleito, em 1954, não conhecia a região norte capixaba e havia estado apenas umas quatro vezes na Capital (SILVA, 1995; OLIVEIRA, 2010). Assim, sua formação política estava muito mais impregnada de padrões verificados na então capital federal (Rio de Janeiro), cujas ramificações chegavam muito mais facilmente à região sul, especialmente Cachoeiro de Itapemirim, que, embora decadente nesse período, ainda representava um dos principais centros urbanos do Espírito Santo.

Quanto à sua formação, embora de origem aristocrática e conservadora, Chiquinho acabou tendo contato, por laços matrimoniais, com concepções mais liberais e mais à esquerda, uma vez que se casou com Zélia Vianna, filha de Geraldo Vianna, membro do antigo Partido Republicano do Espírito Santo, na década de 1920. Desse partido, Chiquinho se tornou dissidente para integrar as fileiras da Aliança Liberal em 1930. Além dessas influências, também passou a conviver com correntes de pensamento mais à esquerda, pela relação que estabeleceu com duas tias de sua esposa – Emiliana e Zinha Émile –, sendo a primeira mais liberal e a segunda, D^a Zinha, cofundadora da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Guaçuí, em 1935, e do Partido Comunista da Cidade, em 1945.

Segundo opinião de Silva (1995), da qual compartilhamos, o fato de Chiquinho ter convivido na família com diversas correntes políticas, muitas das quais diametralmente opostas, contribuiu para que ampliasse seus horizontes, o que, no limite, acabou imprimindo ao seu perfil maior flexibilidade de posições. Isso o levou – num ambiente fragmentado politicamente, marcado pela massificação da política e cristalização do padrão populista típicos da democracia do pós-guerra – a ampliar seus arcos de alianças e a obter êxitos eleitorais. Essa pode ser uma das explicações para a capacidade de aglutinação das diversas forças políticas do Estado, reunidas na

⁹ Chiquinho foi, ainda na juventude, jogador de futebol e de basquete do Clube de Regatas Flamengo.

chamada *Coligação Democrática*, bem como para as duas vitórias que obteve sobre o todo poderoso PSD (1954 e 1962).

Além disso, no mesmo pleito de 1954, enquanto a cisão no PSD se mostrava cada vez mais evidente, cristalizou-se um polo aglutinador das oposições existentes desde 1947, reunidas na que ficou conhecida como *Coligação Democrática* (PR, PSP, UDN, PDC, PRP, PRT) que acabou se fortalecendo, levando à vitória de Francisco Lacerda de Aguiar (vulgo Chiquinho). Inicialmente, esse elemento aglutinador foi o PR, liderado por Atílio Vivácqua, passando, a partir do pleito de 1954, a ser o PSP encabeçado por Asdrúbal Soares e, nas disputas seguintes, por Raul Gilberti, além, é claro, da própria figura de Lacerda de Aguiar que, com o tempo, tornou-se o principal elemento catalisador da *Coligação Democrática*.

Assim, no ano de 1954, Chiquinho concorreu ao governo contra o candidato governista Eurico de Aguiar Sales, do PSD, que contou com o apoio daquele que representava a maior liderança política do estado, do então *todo poderoso* Governador Jones do Santos Neves (1950-1954) e de todo o aparato estatal, além do apoio do principal veículo de imprensa do Estado, o *Jornal A Gazeta*¹⁰.

No início da campanha de 1954, tudo levava a crer que a oposição continuaria sua sequência de derrotas verificadas nos 40 anos anteriores, em que perdera pleitos com alguns dos seus grandes quadros políticos, tais como o renomado Senador Atílio Vivácqua, por exemplo. Ninguém esperava que a vitória oposicionista viria logo com o desconhecido *Chiquinho* que concorreria com um candidato com muito mais peso e circulação política, que já havia ocupado importantes postos da burocracia

¹⁰ O *Jornal A Gazeta* foi fundado em 1928. Como era comum na época, permaneceu durante muito tempo atrelado a uma ou outra corrente ideológica. Em 1930, defendeu abertamente a Aliança Liberal em oposição ao Governo de Washington Luiz e em apoio ao governo instalado após a *Revolução de 1930*. Em 1945, o jornal foi adquirido pelo fazendeiro Eleosipo Cunha, colocando o jornal a serviço da União Democrática Nacional (UDN) e da candidatura de Eduardo Gomes (UDN), à Presidência da República. Após a derrota de Eduardo Gomes no pleito, Eleosipo Cunha resolveu vender o jornal. Nesse contexto, impôs a condição de que só não venderia para membros do PSD. O jornal foi vendido em 1949 a um grupo que se fez passar por empresários. Mais tarde, descobriu-se que, na verdade, tal grupo tratava-se de um disfarce para encobrir os verdadeiros compradores: integrantes do PSD, tendo à frente o então Governador do Estado Carlos Lindemberg. A partir de então, o jornal passou a ter a família Lindemberg como acionista majoritária, passando a ser o veículo de comunicação oficial do PSD até 1964 (CASSUNDÉ, 2008).

estatal em vários níveis, como Secretário Estadual de Educação e Cultura no período do Estado Novo, Deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Deputado Federal na legislatura iniciada em 1950, e mais à frente, no governo de Juscelino Kubitschek, a direção da Superintendência de Moeda e Crédito (órgão designado para as mesmas funções que hoje desempenha o Banco Central do Brasil) e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1957), entre vários outros cargos.

A transformação de um desconhecido fazendeiro de Guacuí, sul do Estado, de formação extremamente conservadora e oriundo da região mais elitista do Espírito Santo, em um fenômeno eleitoral e de massas deveu-se à utilização de sofisticadas e inovadoras técnicas de comunicação, as quais são creditadas a um indivíduo que é visto como o primeiro a desempenhar a função, em terras capixabas, daquilo que, muito tempo depois, deu-se o nome de *marqueteiro político*. Trata-se de Joaquim Leite de Almeida, também conhecido como *Kinkas*, um capitão do Exército que coordenou a campanha de Chiquinho.

Segundo Medeiros (2002), o “slogan bem bolado pelo Capitão Joaquim, secundado por uma *musiquinha* que virou sucesso, letra dele, sacudiu o eleitor acostumado a meros discursos de palanque”. Tal slogan, de fato, era bastante popular: “*Chiquinho vem aí*”. E a música, uma novidade no que tange à sua utilização em pleitos, proporcionada pelo avanço nos meios de comunicação de massa, dizia o seguinte: “*Chiquinho é amigo do povo trabalhador / o povo quer Chiquinho para governador / Chiquinho vem aí / o povo quer Chiquinho para governador*” (MEDEIROS, 2002). A *musiquinha*, com sua linguagem fragmentada, superficial, com versos simples e, portanto, de fácil memorização, tornou-se enorme sucesso e passou a ser cantada em todo o Estado.

Nota-se, com essa ação da campanha de *Chiquinho*, uma nítida atitude de aproximação com as massas. Tal postura vem no bojo da constatação, observada por Kinkas, de que era necessário quebrar a ideia corrente na época, segundo a qual para “[...] ser político de sucesso, era imprescindível ter o termo *Doutor* na frente do nome [...]” (JOAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p. 24)¹¹.

Além disso, tal atitude ocorreu em decorrência da ampliação

¹¹Essa e outras citações são oriundas do depoimento do próprio Joaquim Leite de Almeida dado a Rogério Medeiros, as quais integram a matéria *Kinkas: o detonador de oligarquias*, publicada em 2002, na Revista *Século Diário*. Vitória, p.24-26, Abr. 2002.

do sufrágio, que criou a necessidade de mergulhar na malha social no sentido de angariar os votos necessários para a vitória nas urnas. Em outras palavras, as campanhas eleitorais exigiam cada vez mais adequação dos discursos e das ações dos candidatos aos anseios latentes do povo, que naquela circunstância já estava [...] enjoado de tanto Doutor e o negócio era construir uma figura popular, já que os adversários eram os próprios doutores [...]. E mais, [...] que a gente iria levar o Chiquinho para perto do povão, coisa que o PSD não fazia, ganhando suas eleições na base de chefe político do interior [...] (JOAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p.25), conforme apontado no tópico anterior.

Sobre o lançamento do nome de Chiquinho no período que antecedeu ao pleito, Kinkas dá um depoimento muito interessante:

Os homens não queriam aprovar. Queriam Dr. Chiquinho vem aí. Afinal, diziam ele, o Chiquinho que eu tinha inventado, em verdade era um rico fazendeiro do sul do Estado, de tradicional família paulista [...] queriam mesmo era Dr. Francisco Lacerda de Aguiar como era o seu nome real. Antes que o Chiquinho voltasse a ser Dr. Francisco, eu mandei pichar o Estado todo de “Chiquinho vem aí” [...] Foi um imenso impacto. Todo mundo queria saber quem era o tal do Chiquinho. Uns acreditavam que era um cantor. Outros, um produto estético [...] (JAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p. 25).

Como a elite do sul ainda tinha o Rio de Janeiro como centro econômico e cultural, e raramente vinha a Vitória, a coordenação de campanha de *Chiquinho* decidiu lançá-lo numa região em que era totalmente desconhecido: Colatina, no norte do Estado:

Fomos de trem para Colatina para fazer o comício. Levamos uma caravana imensa e com todos os líderes da oposição. Foram Oswaldo Zanelo, Floriano Rubim, Argilano Dario, meu pai, Lourival de Almeida, Clóvis Stenzel, que era um grande tribuno. Foi um espetáculo político que o povo não estava acostumado a ver. O pessoal do PSD fazia campanha bem distante do povo. Eu arrumei logo gente pra carregar o Chiquinho nas costas. O público explodiu [...] (JAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p. 25).

Segundo o depoimento do mesmo Joaquim Leite, depois do lançamento da candidatura realizada em Colatina, a comitiva de Chiquinho seguiu para Vitória. Naquela ocasião, o coordenador da campanha lançou mão de outra novidade em se tratando da confluência entre novas tecnologias da informação e práticas de propaganda política, conforme se pode constatar abaixo:

[...] viemos para Vitória para fazer um comício na Praça oito. Aí eu já tinha arrumado em Campos, no Estado do Rio, um carro propaganda. Era um carro grandão, cheio de alto-falantes [...] Uma novidade para época [...] tinha colocado também um avião, um teco-teco, rodando a cidade com uma faixa de *Chiquinho vem aí* [...].

Sobre a postura adotada pelo candidato Chiquinho, em buscar uma maior proximidade com as massas com o corpo-a-corpo, atitude que, embora já existente no plano nacional, no Espírito Santo representava também uma novidade, Kinkas relata o seguinte:

Levamos Chiquinho para os bairros para fazer um corpo-a-corpo. Tenho certeza que foi o primeiro corpo-a-corpo que se fez no Estado. Foi quando ele começou a correr os bairros da Grande Vitória, principalmente com a musiquinha que eu fiz: *Chiquinho vem aí / o povo quer Chiquinho para seu governador* [...] O povo veio para o comício cantando a musiquinha. [...] Aliás, essa frase era obrigatoriamente o arremate de todos os discursos no palanque do Chiquinho. Daí para a frente ninguém segurou mais o Chiquinho. Era chegar em qualquer lugar do Estado e o povo carregar o homem nos braços. Isso correu por minha conta, já que eu era o responsável pela campanha do Chiquinho [...].

A campanha, portanto, embora com um candidato conservador, representante da aristocracia rural do sul do Estado, ganhou um semblante de modernidade graças à utilização muito eficiente das técnicas e instrumentos comunicacionais trazidos pelo desenvolvimento industrial, associada a um comportamento mais adequado à democracia de massas cristalizada com o desenvolvimento urbano. Já o candidato da situação Eurico Sales, membro do grupo do Governador Jones, tido como um dos políticos mais progressistas do Espírito Santo e até do país, não conseguiu expressar tais qualidades na campanha, permanecendo a verve aristocrática do candidato, ante o elemento *novo*, representado pela figura construída de *Chiquinho*.

Não se pode afirmar que essas inovações e essa postura na campanha foram as únicas responsáveis pela vitória de Chiquinho no pleito de 1954. Entretanto, é impossível negar a importância de tais estratégias no sentido de dar notoriedade a um candidato que, no início do processo eleitoral, era inexpressivo e desconhecido. Essas ações, quando relacionadas ao supramencionado *racha* no

PSD, mais a oposição intransigente do legislativo enfrentada pelo Governador Santos Neves, e a incapacidade de transferir as suas realizações para o candidato Eurico Sales em termos de decodificação em discurso de campanha, culminou com a vitória da oposição com Francisco Lacerda de Aguiar, que obteve 95.389, o que representou 55,2% dos votos válidos, conforme tabela abaixo:

TABELA 2 – Resultados das eleições para Governador - 1954

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Eurico Sales	PSD/PDC/UDN	44,8	77.467
Francisco Lacerda de Aguiar	Col. Dem. (PSP/PTB/PR/PRP)	55,2	95.389
Votos Brancos	-	2,1	3.734
Votos Nulos	-	2,0	3.665
Total de Votos Válidos		100	172.856
Total de Votos apurados		100	180.255

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Chiquinho governou o Estado entre os anos de 1955 e 1958. Apesar de sua gestão não ter sido bem avaliada, voltou a se candidatar em 1962 contra o próprio Jones dos Santos Neves. Em virtude de sua grande popularidade e da retomada da mesma postura da campanha de 1954, de aproximação das massas e uso dos meios de comunicação, voltou a vencer.

Sobre o segundo pleito, é importante salientar que, a partir dos anos finais da década de 50, acentuava-se, paulatinamente, o aparelhamento do PSD por elementos representantes dos setores mais industrializantes, naquele momento, respaldados pela fortalecida Ala Moça. Por conta disso, indicou Jones dos Santos Neves como candidato ao Governo em 1962, no último pleito da dita República Populista. Durante as conversações, cometeu uma série de erros, entre os quais o de fechar os espaços e não abrir diálogo mais flexível com o PSP, partido que demonstrou ser o fiel da balança do jogo político capixaba, naquela circunstância, cujo controle havia passado para Raul Gilberti que, além de preferido do então Governador Carlos Lindenberg em concorrer ao pleito, era importante figura política do Município de Colatina, norte do Estado, à época uma das regiões mais dinâmicas política e economicamente do Espírito Santo.

Ao fim das articulações, o PSD havia angariado apoio apenas do nanico PTN, que acabara de ser formado a partir de uma dissidência do PTB liderada por Floriano Rubim. Todas essas questões levaram à recomposição da Coligação Democrática,

inclusive com o PSP e à consequente vitória de Francisco Lacerda de Aguiar contra o candidato pessedista, Jones dos Santos Neves. Os dados dessa eleição encontram-se na tabela a seguir.

TABELA 3 – Resultados das eleições para Governador - 1962

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Jones dos Santos Neves	PSD	48,0	105.586
Francisco Lacerda de Aguiar	PSP (Col. Dem. PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/ PRT/PTN/PSB)	52,0	114.673
Votos Brancos	-	8,8	21.773
Votos Nulos	-	2,6	6.554
Total de Votos Válidos		100	220.259
Total de Votos apurados		100	248.586

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Apesar de representativo, o êxito eleitoral contra um candidato do peso de Santos Neves em 1962, a campanha de 1954 foi importantíssima, pois marcou um novo tempo da política capixaba, uma vez que inseria o Estado naquilo que vinha ocorrendo nos grandes centros há mais tempo. Além disso, foi nesse pleito que caiu o governo do PSD que governava o Estado por meio da alternância do próprio Santos Neves e Carlos Lindemberg, tidos como legítimos representantes e herdeiros da oligarquia dos Monteiro, cuja ascensão remete aos idos de 1908. Assim, podemos afirmar, e de maneira inequívoca, que *Chiquinho*, em termos de campanhas eleitorais, marcou a história do Espírito Santo entre antes e depois dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Regime Militar implantado em 1964 interrompeu o curso democrático iniciado em 1945. Mediante o autoritarismo, a censura e a repressão, objetivou conter o avanço da conjuntura anterior marcada pela ampla mobilização política e social. Para legitimar-se, a ditadura criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais. Pode-se dizer que a ditadura começou com a o AI-01 e a sua escalada rumo ao autoritarismo puro coroou-se com o AI-05. Nesse sentido, os fenômenos político-eleitorais que ganharam expressão a partir da década de 1950, ocorridos na esteira do intenso processo de desenvolvimento industrial e crescimento urbano, que no caso do Espírito Santo se deu de modo tardio e retardatário, não foram seguidas pelo contínuo processo de

aperfeiçoamento do sistema eleitoral e dos demais elementos que compõem o conjunto de regras democráticas. O Golpe de 1964 e a ditadura dele emanada impôs severas restrições, interrompendo o ciclo democrático vigente desde 1946. Contraditoriamente, a política de tecnologia das comunicações, desenvolvida pelos governos militares, acabou criando as condições sociotecnológicas para o advento daquilo que se convencionou chamar de *Campanhas Eleitorais Modernizadas*, o que veio a ocorrer somente no período pós-abertura política, guardando, desse modo, íntima ligação com a retomada plena das eleições diretas, o que se consolidou somente no final da década de 1980.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Edusc, 2005.

CASSUNDÉ, Ronaldo Luiz. *A vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. *Um olhar crítico sobre a evolução da economia capixaba nas últimas décadas: uma análise a partir das teorias de desenvolvimento regional e de estatísticas de inovação*. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor&cultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O novo arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In: RUBIN, A. A. C. *Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004.

FICO, Carlos. *O Grande irmão: da operação broder San aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MEDEIROS, Rogério. *Kinkas: o detonador de oligarquias. Século Diário*. Vitória, p.24-26, Abr. 2002.

NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

OLIVEIRA, Ueber José de. *Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990)*.

- In. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo (Org.). *Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições*. Vitória: Grafytusa, 2010.
- LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.
- PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano*. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à “primeira grandeza”: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896)*. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Companhia Siderúrgica de Tubarão: a história de uma empresa*. Vitória: CST, 2005.
- RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos*. Sociol. Polít., Curitiba, n.22, p.25-43, 2004.
- RUBIM, Antônio Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.
- _____, Antônio Canelas. *Eleições Presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004a.
- _____, Antônio Canelas. *Visibilidades e estratégias nas eleições de 2002: política, mídia e cultura*. In: RUBIM, A. C. *Eleições presidenciais em 2002: ensaio sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004b.
- SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996a.
- _____, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996b.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.
- SILVEIRA, Flavio Eduardo. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)*. Vitória: Edufes, 2001.
- VIEIRA, José Eugênio. *A História político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992*. Vitória: Vida Editora, 1993.

